



PORTARIA Nº 48, DE 23 DE JANEIRO DE 2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e considerando o constante no Sistema Eletrônico de Informações nº 0001710-59.2026.6.05.8000.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte – Período: janeiro a dezembro de 2025, composto das seguintes peças: Demonstrativos da Despesa com Pessoal, da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 23 de janeiro de 2026.

Des. ABELARDO PAULO DA MATTA NETO
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025
 RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS LIQUIDADAS (Últimos 12 meses)													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	40.001.965,54	30.272.399,77	30.004.735,40	29.614.447,58	30.619.137,38	29.529.296,80	28.238.954,92	29.578.011,46	29.128.782,48	29.797.020,21	48.636.676,41	38.771.800,30	394.193.228,25	4.174.210,56	
Pessoal Ativo	32.522.772,16	25.033.721,39	24.736.432,27	24.344.346,65	25.332.977,25	24.299.837,75	23.089.482,47	24.377.921,92	24.072.673,97	24.579.951,98	40.770.169,35	33.594.025,62	326.754.312,78	3.873.922,37	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	28.829.260,29	21.087.422,24	20.785.575,11	20.405.685,38	21.411.515,32	20.394.031,13	19.167.096,05	20.477.009,79	20.281.863,80	20.632.448,17	32.964.555,42	29.514.276,84	275.950.739,54	3.411.692,36	
Obrigações Patronais	3.693.511,87	3.946.299,15	3.950.857,16	3.938.661,27	3.921.461,93	3.905.806,62	3.922.386,42	3.900.912,13	3.790.810,17	3.947.503,81	7.805.613,93	4.079.748,78	50.803.573,24	462.230,01	
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.479.193,38	5.238.678,38	5.268.303,13	5.270.100,93	5.286.160,13	5.229.459,05	5.149.472,45	5.200.089,54	5.056.108,51	5.217.068,23	7.866.507,06	5.177.774,68	67.438.915,47	300.288,19	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.561.882,89	3.935.419,96	3.964.644,99	3.966.641,75	3.963.787,16	3.919.511,79	3.866.443,14	3.909.361,11	3.772.116,81	3.841.524,08	5.835.462,41	3.856.886,42	50.393.682,51	300.008,56	
Pensões	1.917.310,49	1.303.258,42	1.303.658,14	1.303.459,18	1.322.372,97	1.309.947,26	1.283.029,31	1.290.728,43	1.283.991,70	1.375.544,15	2.031.044,65	1.320.888,26	17.045.232,96	279,63	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (61º do art. 19 da LRF) (II)	7.463.561,35	5.223.046,35	5.252.671,10	5.256.065,48	5.271.175,33	5.269.169,70	5.248.176,01	5.248.684,49	5.043.002,24	5.376.647,90	6.459.830,01	4.833.795,29	65.945.825,25	1.958.551,74	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	111.983,43	-	-	111.983,43	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	1.596,58	647,23	55.174,14	114.335,59	64.395,52	2.525,76	71.737,84	124.725,55	3.134.315,09	3.569.453,30	1.958.551,74	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.463.561,35	5.223.046,35	5.252.671,10	5.254.468,90	5.270.528,10	5.213.995,56	5.133.840,42	5.184.288,97	5.040.476,48	5.192.926,63	6.335.104,46	1.699.480,20	62.264.388,52	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	32.538.404,19	25.049.353,42	24.752.064,30	24.358.382,10	25.347.962,05	24.260.127,10	22.990.778,91	24.329.326,97	24.085.780,24	24.420.372,31	42.176.846,40	33.938.005,01	328.247.403,00	2.215.658,82	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	1.517.735.496.759,09	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V)= (IIa + IIb)	330.463.061,82	0,021773
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	831.779.761,64	0,054804
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95xVI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	790.190.773,56	0,052064
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	748.601.785,48	0,049324

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 20/01/2026 às 17h e 00min.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 137, de 16 de janeiro de 2026, publicada no DOU em 20 de janeiro de 2026.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea “a”)

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h)=(f-g)				
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos										
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)									
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	51.940.328,85	1.174.839,62	8.907.013,22	13.867.995,85	(33.564,67)	28.024.044,83	28.024.044,83	-				
Recursos Ordinários 000 – Recursos Livres da União	51.940.328,85	1.174.839,62 1.174.839,62	8.907.013,32 8.907.013,22	13.867.995,85 13.867.995,85	(33.564,67) (33.564,67)	28.024.044,83 28.024.044,83	28.024.044,83 28.024.044,83	-				
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	12.370.355,56	27.386,90	442.764,83	210.691,47	9.019.737,60	2.669.774,76	1.341.427,19	-				
Recursos Vinculados ao RPPS 056 – Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	483.345,88	267,64	205.849,49	115.000,00	-	162.228,75	-	162.228,75				
Outros Recursos Vinculados 001 – Recursos Livres da Seguridade Social 027 – Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça 050 – Recursos Próprios Livres da UO 052 – Recursos Livres da UO 491 – Recursos Diversos	11.887.009,68	27.119,26	236.915,34	95.691,47	9.019.737,60	2.507.546,01	1.341.427,19	1.166.118,82				
		-	-	-	-	-	-	-				
		27.119,26	236.915,34	95.691,47	619,01	1.341.427,19	1.341.427,19	-				
		-	-	-	-	1.166.118,82	-	1.166.118,82				
		-	-	-	-	-	-	-				
		-	-	-	9.019.118,59	-	-	-				
TOTAL (III) = (I + II)	64.310.684,41	1.202.226,52	9.349.778,05	14.078.687,32	8.986.172,93	30.693.819,59	29.365.472,02	-				
								1.328.347,57				

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 20/01/2026 às 17h e 00min.

Notas:

- O modelo estabelecido na 14ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
- Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
- Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 41.364.485,71.
- O valor negativo de R\$ 33.564,67 na coluna "Demais Obrigações Financeiras" trata-se de problema contábil na nova rotina de DARF numerado, que não sensibilizou a conta de controle de empenho, não havendo obrigações a serem assumidas. O ajuste contábil será realizado no decorrer do exercício financeiro de 2026.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

LRF, art. 48 – Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	1.517.735.496.759,09	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	330.463.061,82	0,021773
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	831.779.761,64	0,054804
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	790.190.773,56	0,052064
Limite de Alerta (inciso II do §1º, do art. 59 da LRF)	748.601.785,48	0,049324
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	29.365.472,02	1.328.347,57

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 20/01/2026 às 17h e 00min.

Des. ABELARDO PAULO DA MATTA NETO
 Presidente

RAIMUNDO DE CAMPOS VIEIRA
 Diretor-Geral

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA
 Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

CATIUSCIA DANTAS ABREU
 Secretaria de Auditoria Interna